

Ordem do dia Ponto n.º 13 Ata n.º 03 2020.02.20

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -				
RETIFICAÇÃO DE MINUTA - APOIOS PONTUAIS - DEMOPORTO-CLUBE DE				
DESPORTOS MOTORIZADOS DO PORTO E FEDERAÇÃO DE FUTEBOL				
POPULAR DO NORTE - Presente a proposta do Senhor Vereador Joel Costa				
acompanhada da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, em				
anexo				
O Senhor Presidente exarou o seguinte despacho: "À reunião de Câmara."				
Deliberação - A Câmara Municipal delibera aprovar a minuta do Contrato-Programa de				
Desenvolvimento Desportivo. Esta deliberação foi tomada por unanimidade				



PROPOSTA

CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - RETIFICAÇÃO DE MINUTAS

Considerando que:

Nos pontos 14 e 15 da ordem de trabalhos da reunião de câmara de 06 de fevereiro de 2020, foram deliberados apoios e a celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o DEMOPORTO – Clube de Desportos Motorizados do Porto, no âmbito do 33º Rally Serras de Fafe e Felgueiras, e com a Federação de Futebol Popular do Norte no âmbito dos Campeonatos e Taças de Futebol Popular.

Por lapso, a minuta aprovada nestas deliberações é referente aos apoios regulares e não aos apoios pontuais, conforme objeto dos apoios.

Proponho que:

Que a Câmara Municipal, nos termos do art.º 174º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprove as suas deliberações de 06 de fevereiro de 2020, aprovando a minuta em anexo.

Paços do Concelho de Felgueiras, 14 de fevereiro de 2020

O Vereador do Desporto

(Joel Costa)

À reunião de Câmara 16/02/22

O Presidente da Câmara,

(Nuno Fonseca)







MINUTA – Apoios Pontuais CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Entre:	-		
Prime	iro: O Município de Felgueiras, adiante designada por MF ou primeiro outorgante, devidamente representado pelo seu		
Presid	ente,;		
E			
Segun	do: A/O ou segundo		
outor	gante, e devidamente representada pelo seu Presidente,;		
é cele seguir	brado e, por ambos aceite, o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se rege pelas cláusulas		
	Cláusula 1ª		
	(Objeto do contrato)		
1.	Constitui objeto do presente contrato o apoio do MF no âmbito da realização do no âmbito da promoção da atividade física e desportiva, evento/atividade		
	este/a que vai decorrer no dia;		
2.	A atribuição de uma comparticipação financeira de, para coadjovar nas despesas inerentes do evento/ atividade .		
3.	. O apoio logístico, propriedade do MF bem como a isenção de taxas de utilização das instalações desportivas municipais.		
4.	O segundo outorgante assume, pelo presente Contrato-Programa, a responsabilidade pela integral realização do programa;		
5.	Em caso algum, o primeiro outorgante comparticipará em indemnizações que venham, eventualmente, a ser devidas pela concretização desse programa.		
	Cláusula 2.ª		
	(Obrigações do primeiro outorgante)		

O primeiro outorgante obriga-se a:



www.cm-(elgueiras.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE FLIGULIRAS

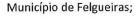
1.	Conceder à, que a aceita, uma comparticipação financeira de € ();		
2.	Isentar do pagamento das taxas de licenciamento municipais inerentes à realização do evento, nomeadamente as taxas de ocupação de via pública, caso seja aplicável;		
3.	Cedência do material de apoio logístico, nomeadamente cujo montante estimado do apoio é de		
4.	Isenção do pagamento de taxas de ocupação das instalações desportivas municipais, nomeadamente		
5.	Verificar o cumprimento do objeto e atividade que justificou a celebração do presente contrato, procedendo a acompanhamento da sua execução;		
6.	Assegurar que todos os apoios atribuídos à pelo MF sejam difundidos aos associados, participantes e à população em geral em todos os atos públicos organizados no âmbito da divulgação dos eventos.		

Cláusula 3.ª

(Obrigações do segundo outorgante)

O segundo outorgante obriga-se a:

- 1. Organizar o evento/ atividade melhor identificado/a na cláusula primeira de acordo com a legislação aplicável;
- 2. Acautelar o cumprimento integral de todas as normas de segurança resultantes da realização do evento/atividade, bem como das decorrentes da utilização dos espaços pertença do MF, quer por parte dos participantes, quer pelos demais intervenientes no evento/ atividade desportivo/a;
- 3. Fornecer, a qualquer momento, toda a informação e documentação de despesa, legal e fisicamente aceites, solicitada pelo primeiro outorgante, para efeitos de validação técnico-financeira, que demonstrem os pagamentos efetuados no âmbito da execução do presente Contrato-Programa;
- 4. Assegurar todos os pressupostos legais no âmbito dos seguro previstos na legislação, seja através de contratos de seguro desportivo, da responsabilidade por acidentes pessoais dos participantes naquele evento/atividade desportivo/a e responsabilidade civil, evidenciando tal desiderato através de cópia da Apólice de Seguro, anexa ao relatório final de execução física e financeira do mesmo e sempre que requerida pelo primeiro outorgante;
- 5. Publicitar o apoio do MF através dos meios de divulgação e promoção do evento nomeadamente impressões nos materiais de divulgação e outros, devendo para o efeito respeitar a legislação em vigor em matéria de inserção de qualquer tipo de publicidade nos materiais e suportes de divulgação do evento, em particular o Regulamento Municipal de Publicidade e Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Demais Receitas do







- Remeter ao MF um relatório final de execução física e financeira do mesmo, onde discriminem o número de participantes, escalões etários e entidades parceiras, bem como documentos comprovativos de despesa inerentes dessa execução;
- 7. O segundo outorgante fica obrigado a afetar os apoios financeiros e logísticos concedidos pelo primeiro outorgante exclusivamente às finalidades para as quais foram atribuídos;
- 8. O segundo outorgante fica obrigado a incluir no seu sistema contabilístico um centro de resultados para o registo dos proveitos financeiros referentes aos apoios recebidos e os respetivos custos associados, com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração.

Cláusula 4.ª

(Obrigações fiscais e para com Segurança Social)

- 1. Não podem beneficiar de novos apoios financeiros as entidades que estejam em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a Segurança Social;
- 2. A entidade que pretende beneficiar de apoios financeiros deve prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária.

Cláusula 5.ª

(Prazo de vigência)

O presente Contrato-Programa entra em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica do primeiro outorgante, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01/10, na sua atual redação e termina logo que o evento se encontre concluído.

Cláusula 6.ª

(Resolução)

A violação, por qualquer das partes, das cláusulas constantes do presente Contrato-Programa, assim como o incumprimento das obrigações que dele emergem, constitui fundamento de resolução do mesmo.

Cláusula 7.ª

(Condições de revisão do contrato)



314



- 1. O presente Contrato-Programa pode ser revisto a qualquer momento, por acordo das partes;
- 2. É sempre admitida a revisão do presente Contrato-Programa, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias que torne a execução desse contrato excessivamente onerosa para o segundo outorgante ou manifestamente inadequada à realização do interesse público.

Cláusula 8.ª

(Disposições finais)

1.	Em tudo quanto não se encontre expressan Lei geral;	nente regulado no presente Contrato-Programa, observar-se-á o disposto na	
2.	 Os litígios emergentes da execução do presente Contrato-Programa que não sejam sanados por acordo entre as par serão submetidos a arbitragem, nos termos legais; 		
3.	no corrente ano, no capítulo	ma, no valor de €, será satisfeito pela classificação orgânica _ e económica no capítulo, com a dotação global de € , ao qual foi atribuído em o compromisso n.º imento n.º	
4.	A Minuta deste Contrato-Programa foi aprov	vada pela Câmara Municipal na reunião	
	ICO: O presente Contrato não se encontra su a c), n.º 4 do artigo 5.º, conjugado com o n.º 1	ijeito à Parte II do Código dos Contratos Público, nos termos do disposto na do artigo 5.º-B, ambos do referido Código.	
	Contrato-Programa, dado o seu valor, não escitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009	stá sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e vai ser publicado e 9, de 01 de Outubro na sua atual redação.	
Celeb	orado em// contendo folhas e 2 e:	xemplares ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.	
	O Primeiro Outorgante,	O Segundo Outorgante,	
	Presidente do	Presidente do	



www.cm-felgueiras.pt